



## **MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2021**

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de 2021, das 10 às 12 horas, por solicitação do representante do Tribunal de Contas da União, Luiz Gustavo Gomes Andrioli, realizou-se por via videoconferência a 1ª Reunião Extraordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021 para analisar-se a necessidade de mobilização urgente dos órgãos componentes do Colegiado da Rede para tratar da fiscalização do cumprimento dos Planos Nacional, Estadual e Municipais de Vacinação COVID-19. A solicitação da reunião pautou-se no art. 10 do Regimento Interno da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná que preconiza “qualquer integrante do Colegiado poderá propor à Coordenação Executiva a realização de reunião extraordinária para tratar de assuntos urgentes e relevantes”. Considerando o escopo da matéria, foram convocados para a reunião extraordinária os órgãos de controle interno e externo da União e do Estado do Paraná, estando presentes as seguintes autoridades: André Luiz Monteiro da Rocha (Coordenador-Geral de Inteligência de Dados/CGU); José William Gomes da Silva (Superintendente Regional do Paraná/CGU); Leonardo Dumke Busatto (Promotor de Justiça/MPPR); Luiz Gustavo Gomes Andrioli (Secretário de Controle Externo/TCU); Matheus Klaus Portes Gruber (Coordenador de Transparência e Controle Social/CGE-PR); Maurício Kalache (Procurador de Justiça/MPPR); Rafael Moraes Gonçalves Ayres (Coordenadoria-Geral de Fiscalização/TCE-PR); Raul Clei Cocco Siqueira (Controlador-Geral do Estado/CGE-PR); e Rita de Cássia Bompeixe Carstens Mombelli (Coordenadora da 3ª Inspeção de Controle Externo/TCE-PR). A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

**Maurício**, como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou a todos os presentes e passou a palavra ao Luiz Gustavo para introduzir o tema.

**Luiz Gustavo** destacou a importância do levantamento dos planos de vacinação estaduais e municipais, visando o conhecimento dos riscos para mitigá-los e a exportação de boas práticas adotadas entre os entes federativos, para simetria na

gestão e governança. Adicionalmente, informou dois pontos de grande preocupação, debatidos em reunião do CONASS: (i) alteração da ordem de vacinação em virtude do poder político e financeiro de cada município; e (ii) excesso de judicialização. Por fim, ressaltou que será acordado entre TCU, CNJ, CNMP, ATRICON e CGU campanha de divulgação nacional.

**Raul** informou que foi lançada a aba “vacinação” no Portal de Transparência do Coronavírus do Estado do Paraná (<http://www.coronavirus.pr.gov.br>), resultado de uma ação conjunta da Coordenadoria de Transparência e Controle Social da CGE, Secretária de Estado da Saúde e Secretária de Estado da Comunicação Social e da Cultura. Também expôs a preocupação com a transparência na vacinação, tanto na logística como na execução, apontando como potenciais riscos: a destinação das doses aos municípios e aplicação das vacinas, que poderão ser acompanhadas em tempo real pelo sistema federal PIN.

**Rafael** externou sua aflição nas divergências de dados que podem ocorrer no registro dos sistemas eletrônicos.

**Raul**, ainda, reforçou os princípios da CGE ao afirmar que, caso não seja possível a íntegra de todas as informações essenciais ao controle social, a transparência será realizada de maneira mecânica. Concluiu revelando algumas ações a serem executadas pela CGE, como: reunião com as chefias das regionais de saúde e fiscalização *in loco* na aplicação das vacinas, por meio do CGE Itinerante.

**Rafael**, após parabenizar a iniciativa de Luiz Gustavo e desejar sucesso à nova gestão da Coordenadoria Executiva, apresentou a ação a ser realizada na próxima semana pelo TCE-PR com os 399 municípios do Paraná. Em síntese, os municípios receberam um questionário sobre a vacinação, por meio de ofício, com quinze perguntas, abrangendo quatro eixos: plano de ação, divulgação, logística e sistema de informação. Acredita que esse arcabouço de informações auxiliará na fiscalização por parte do MPPR, bem como fomentará a transparência e controle social. De posse das remessas dos municípios, o TCE-PR poderá avaliar os impactos e implementar medidas de efeito pedagógico. Por fim, propôs que a possibilidade de cruzamento de informações entre a base de dados existentes e a base de dados do Ministério da Saúde, se possível, para geração de trilhas.

**Raul** complementou que a CGE está acompanhando os atos de nomeação para usufruir dos critérios de prioridade do plano de vacinação, em especial na esfera da saúde, tendo em vista a identificação de casos em outros entes federativos.

**André**, aproveitando a fala de **Rafael**, informou que está aguardando resposta sobre as bases de dados que estão concentradas principalmente no Ministério da Saúde.

**Rita** comparou o recorrente problema no controle de medicamentos com o controle da vacinação. Acredita que o trabalho conjunto dos órgãos de controle será essencial para a transparência na ponta, ou seja, nos municípios. Reforça que a SESA não pode deixar a responsabilidade integral nas regionais e deve atuar no controle.

**Raul**, também, externou a preocupação com o coeficiente de perda, calculado em relação a possíveis dispêndios na logística ou no ato da vacinação. Sugeriu, inclusive, o registro fotográfico para averiguação de ações que acarretem em perdas de doses da vacina. Concluiu falando da inspeção *in loco* realizada no Hospital Referência, inaugurado especificamente para COVID-19, de Telêmaco Borba que, apenas, recepcionou as vacinas que serão aplicadas pelos municípios, conforme informação validada pelo Raul com o Secretário da Saúde.

**Rita** afirmou não ter conhecimento sobre as ações a serem adotadas com os coeficientes de perda e que iria verificar se, no Plano Nacional Coronavac, há previsão para aplicação dessas vacinas em outros grupos prioritários. Concordou com o **Raul** sobre a necessidade de um procedimento nesta operacionalização, com documentações e declarações.

**André** aproveitou o tema para reforçar a importância das estatísticas, inclusive dos coeficientes de perda, para identificar a causa geradora.

**Maurício**, em desfecho da reunião, agradeceu a colaboração do **Luiz Gustavo** em chamar a atenção da Rede para o tema e que acredita que sua atuação aumentará o nível de comunicação entre os entes federativos. Presume que, devido à complexidade da situação, a matéria deve ser tratada transversalmente tanto no MPPR como na Rede de Controle da Gestão Pública, para que não sejam ultrapassados os limites de atuação de cada órgão. Sugeriu a criação, ad

referendum do Plenário, de comissão temática, não-permanente, para monitorar os planos de vacinação, bem como a criação de um painel comum a todos órgãos, a fim de evitar retrabalho e possibilitar o intercâmbio de informações, caso todos aprovem. Adicionou mais um importante aspecto no controle da vacina: a rastreabilidade, através de embalagens com mais informações. Relatou duas situações fáticas preocupantes: uma em Curitiba, que anuncia que evidenciará esforços para a vacinação da guarda municipal, antecipando-se na inclusão de agentes de segurança na ordem prioritária de vacinação, o que não acontece no plano de vacinação da União e nem do Estado do Paraná; e outra em São Paulo, em que o Poder Judiciário determinou a alteração da ordem de priorização para excluir jovens quilombolas da lista de prioridades, o que pode abrir precedente perigoso para a judicialização da matéria. Indagou se há fundamento jurídico que permita a alternância das prioridades estabelecidas no Plano Nacional pelos Estados e Municípios quando a aquisição advém de recursos próprios do ente subnacional.

**Rita** admite que a autonomia municipal é preocupante e que deve haver uma mínima normatização. Retomando o assunto de coeficiente de perda, concordou com **André** em relação aos dados estatísticos, em especial os percentuais, que devem ser monitorados, ademais sugeriu a adoção de ações de responsabilização.

**Maurício** demonstra que o tema, ainda, é muito incipiente, por isso a importância da reunião e análise dos planos municipais como noticiado pelo Rafael. Acredita, também, que a judicialização irá ocorrer, considerando a independência de atuação dos juízes, dos promotores de justiça, da defensoria pública e da advocacia privada.

**Luiz Gustavo** apreciou a proposta de comissão, que na sua visão terá atuação de dois anos, para refletir em medidas emergenciais e expedição de normas orientativas. Entende que a missão da Rede de Controle da Gestão Pública é olhar as situações da administração pública sob diferentes óticas, possibilitando maior sucesso na solução, por mais que o êxito seja relativo. Em relação à rastreabilidade, informou que tratará com os setores do TCU para elevar a nível nacional.

**Maurício** sugeriu que, até a realização da reunião plenária convocada para o dia 05 de fevereiro, p.v, haja encontros semanais dos órgãos representados nessa reunião

extraordinária para reunir e atualizar as informações sobre as execuções dos planos de vacinação e atuação dos órgãos de controle.

**Rafael** entendeu pertinente a provocação, no entanto acredita que isso deva ser feito em outra abordagem para não desorientar os municípios em relação ao principal objetivo que é o levantamento das informações. A sugestão para instigar o controle social será proposta nas recomendações, posterior ao contato inicial. Ademais, irá compartilhar um panorama geral no painel comum acerca das estatísticas obtidas pelo questionário realizado com os municípios. Por fim, recomendou a interferência do MPPR na situação fática de Curitiba, exposta por **Maurício**, considerando o campo de atuação do MPPR.

**Maurício** replicou que talvez uma conversa entre Governador e Prefeito fosse o suficiente para sanar possíveis repercussões políticas.

Todos os presentes concordaram com as propostas de criação de comissão, grupo de WhatsApp e painel comum de informações.

Durante a reunião foram compartilhados os seguintes links de pesquisa:

- (i) <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15345314163&ext=.pdf>,
- (ii) <https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v21n4/v21n4a10.pdf>, e
- (iii) <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2018.v42n116/203-213/>.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES			
nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Instituir Comissão Temática, ad referendum do Colegiado.	Colegiado	05/02/2021
2	Gerar link para painel comum de intercâmbio de informações.	Leonardo	29/01/2021
3	Criar grupo de WhatsApp.	Leonardo	22/01/2021
4	Agendar reuniões semanais para acompanhamento das informações até a reunião ordinária do Colegiado da Rede de Controle, a ser realizada em 05/02/2021.	Todos	29/01/2021